



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004621-06.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **SIDNEI RAFAEL BICICLETAS ME**
Requerido: **CLARO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora almeja à rescisão de contrato celebrado com a ré com a declaração de inexigibilidade de qualquer débito dele decorrente.

A ré, em contraposição, sustentou na contestação que a cobrança de multa na hipótese seria de rigor, tendo em vista que o cancelamento do ajuste teria sucedido ainda dentro do período de carência de doze meses.

Na sequência, porém, ela destacou que o prazo de fidelização seria na verdade de vinte e quatro meses (fl. 27).

Reputo que a pretensão deduzida merece prosperar.

Com efeito, não extraio do documento de fl. 07 qualquer indicação de que o prazo de fidelidade no contrato trazido à colação seria de vinte e quatro meses.

Existe, sim, referência de que o tempo de vigência do contrato seria de vinte e quatro meses, mas isso não se confunde com o período de fidelização, havendo clara distinção entre esses dois parâmetros.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Todavia, e como se não bastasse, ainda que houvesse cláusula respaldando a manifestação da ré externada a fl. 27 ela seria abusiva, pois o prazo máximo tido como válido em situações afins é de doze meses.

Nesse sentido já se manifestou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“Apelação cível. Prestação de serviços de telefonia móvel celular e rádio. Ação de rescisão contratual cumulada com inexigibilidade de débitos e indenização por danos morais. Rescisão contratual promovida pela autora/contratante após seis meses da celebração do contrato. Cobrança de multa por força da rescisão contratual em prazo inferior ao disciplinado na cláusula de fidelidade 24 (vinte e quatro) meses. Ausência de cópia do contrato a demonstrar o prazo estipulado. Resolução n. 316/2002 da Anatel que limita em 12 (doze) meses o prazo máximo de permanência cláusula de fidelização. Rescisão motivada por defeito na prestação do serviço. Multa indevida. Sentença de improcedência mantida. Recurso improvido.” (TJ-SP, Apelação nº 0037218-87.2008.8.26.0000, 3ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, rel. Des. **TERCIO PIRES**, j. 15/05/2014 - grifei).

Essa orientação aplica-se com justeza ao caso dos autos, de sorte que sob qualquer ângulo de análise a conclusão será sempre a da falta de lastro à cobrança da multa desejada pela ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade de qualquer débito dele derivado, especialmente no tocante à multa.

Torno definitiva a decisão de fls. 08/09.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**